

# *Quem apóia o Plano Brady*

Dívida ext.

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, arriscou-se muito, certamente, ao afirmar que no quadro do Plano Brady o Brasil, já neste ano, poderá reduzir, em oito bilhões de dólares, a sua dívida externa. Mais ainda quando se sabe que pouco antes o subsecretário do Tesouro, David Mulford, anunciara que os primeiros a se beneficiar do programa seriam a Venezuela e o México (*et pour cause...*), enquanto o Brasil, que acabava de fechar um acordo com os bancos, não teria o mesmo interesse em suspendê-lo para tentar sua chance no esquema — ainda distanciado da realidade — apresentado pelo secretário do Tesouro do governo de Washington.

David Mulford não é um dos melhores amigos do Brasil no governo norte-americano, mas sabe muito bem que o Plano Brady não passa, por ora, de uma hipótese. Até agora o projeto não recebeu a chancela do presidente George Bush, que se mostra sensível às críticas do presidente do *Federal Reserve* (banco central dos EUA) sem ter, ademais, a certeza de que encontrará apoio maciço por parte do Congresso, e não apenas de alguns dos seus membros.

É interessante notar, todavia, que o Plano foi muito bem recebido pelos países industrializados. A França e o Japão, ambos esquecendo-se de que, até o momento, Nicolas Brady vinha manifestando repulsa aos seus planos — aliás bem aproximados daquele que ora apresenta —, o estão apoiando.

Mais interessante, porém, é o respaldo dado ao projeto pelos 12 ministros da Fazenda da Comunidade Econômica Européia, que emitiram, nesse sentido, um comunicado. Aparentemente, todas as condições se completam para que o Plano seja apresentado na próxima reunião do Comitê Interino do FMI e do Banco Mundial, a realizar-se em abril em Washington.

Entretanto, apenas os que não conhecem os mecanismos dos organismos criados na Conferência de *Bretton Woods* podem imaginar que decisão tão revolucionária possa ser adotada num encontro. Na realidade, admite-se, no máximo, que os *boards* das duas instituições serão convidados a fazer propostas concretas, as quais, na melhor das hipóteses, estarão concluídas em setembro, para apresentação à reunião do Comitê Interino. Somente a partir dai po-

derão surgir decisões como a de elevar as quotas do FMI e aumentar o capital do Banco Mundial, propostas que, por sua vez, deverão ser formuladas aos Congressos dos países-membros, o que exigirá, pelo menos, seis meses...

Partimos da hipótese de que todos os países industrializados venham a aceitar proposta tão radical, que exige maioria qualificada (80%) do FMI. Mas ainda que tudo corra bem, dentro dessa liturgia, não se pode esquecer que nada será decidido ainda, uma vez que o Plano Brady está prevendo a adesão voluntária dos bancos comerciais. Ora, já se observam resistências por parte da comunidade financeira. A primeira vem do *Federal Reserve* não muito entusiasmado diante da eventualidade de uma nova criação de liquidez internacional. O próprio *BIS* (banco central dos bancos centrais) está alertando quanto aos problemas de liquidez. Mas são os interessados diretos, os bancos credores, que começam a lembrar que poderão concordar, dependendo das condições, em reduzir, através do sistema de desconto, seus ativos, embora isso não venha a favorecer muito os países devedores, aos quais não se

concederá dinheiro novo por muitos anos...

Convém aos devedores preparar-se para certa resistência por parte dos bancos comerciais, os quais, podendo participar de uma primeira fase do Plano, certamente se negarão depois, ainda mais do que agora, a dar sua contribuição através de novos empréstimos, o que é porém essencial. Cumpre ainda aos devedores não alimentar a ilusão de que as cotações dos seus títulos no mercado secundário serão mantidas no quadro do Plano Brady. No momento em que as recompras de dívidas aumentarem, podemos ter a certeza de que o deságio diminuirá. Por outro lado, é oportuno lembrar que a dívida que poderá ser objeto do Plano Brady, desde que este se transforme em realidade, não será a total mas apenas uma parte dela (a longo prazo com os bancos e, mesmo assim, parcialmente).

O Plano Brady deveria ser para os países endividados uma oportunidade para que, reconhecida a necessidade de redução do estoque da dívida, se proponham fórmulas mais imaginosas que, especialmente, permitam um fluxo positivo de recursos.